

# O PAPEL DAS VIRTUDES NO DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE

2018

**Lucian da Silva Barros**

Psicólogo – Universidade Católica de Santos, Brasil.  
Especialista em Orientação Profissional e Carreira – Instituto Sedes Sapientiae, Brasil.  
Especialista em Ética, Valores e Cidadania na Escola – Universidade de São Paulo, Brasil  
Professor de educação profissional – Senac São Paulo, Brasil

E-mail de contato:  
[lucian.barros@hotmail.com](mailto:lucian.barros@hotmail.com)

---

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo realizar uma reflexão a respeito dos desdobramentos históricos e teóricos do conceito de virtude, com base nos trabalhos de Comte-Sponville e outros teóricos no campo da filosofia e psicologia. Buscou-se também considerar as concepções mais atuais sobre o tema e traçar suas interlocuções no campo da moralidade e da formação da personalidade humana a partir dos trabalhos de Piaget e La Taille. Foram escolhidas para compor as discussões deste artigo três virtudes, a saber: a coragem, a justiça e a generosidade. A escolha por estas deu-se por ocuparem lugar de destaque nas pesquisas na área da psicologia moral ao longo dos anos. Concluiu-se que as virtudes são aspectos essencialmente humanos que agem como organizadores do pensamento, surgindo como motivadores das ações em favor dos outros. As virtudes são a gênese afetiva da moralidade e estão relacionadas as percepções que fazemos de nós mesmo e se ligam a construção de um autoconceito positivo, no qual não há somente o pensamento individual, mas também voltado para a coletividade e o bem comum.

**Palavras-chave:** Virtudes, moral, personalidade, psicologia.

Copyright © 2018.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution International License 4.0.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



## INTRODUÇÃO

Ter-se virtude não significa terem-se cultivado exclusivamente alguns poucos traços mencionáveis pelos nomes; significa ser-se plena e adequadamente aquilo que se é capaz de chegar a ser, por meio da associação com outras pessoas em todas as funções da vida. (DEWEY, 1979 apud VIDIGAL, 2011, p. 19)

O conceito de virtude, tomado como objeto de estudo de ciências como a filosofia e a psicologia, é um conceito multidimensional e complexo, portado de diversas definições. Este artigo tem por objetivo realizar uma reflexão a respeito dos desdobramentos históricos do conceito, tendo também em vista considerar suas concepções mais atuais e buscar suas interlocuções no campo da moralidade e da formação da personalidade humana. Foram escolhidas para compor as discussões deste artigo três virtudes, a saber: a coragem, a justiça e a generosidade.

Segundo Chauí (1994 apud D'AUREA-TARDELI, 2011) o conceito de virtude, de uma forma ou de outra, sempre esteve conectado ao ideal humano de boa convivência e do bem comum, acompanhando historicamente a evolução do pensamento filosófico desde a antiguidade. De acordo com D'Aurea-Tardeli (2011), etimologicamente, “[...] virtude vem do latim *vir*, que designa o homem/o varão, daí o adjetivo *viril*. *Virtus* é poder e força. Já em grego, virtude é *areté* que significa qualidade da excelência” (p. 49). Na sequência citando Kant, a autora destaca que “[...] virtude é a força de resolução que o homem revela na realização de seu dever” (p. 49).

De acordo com Petry (2007), há segundo o pensamento de Kant, uma intrínseca relação entre as virtudes e o dever. As virtudes seriam, portanto, uma força moral da vontade (das máximas), as quais conduzem o ser humano no cumprimento de seu dever. A autora destaca a existência de um constrangimento moral por meio do qual, a própria razão legisladora se valeria, na medida em que esta constitui uma autoridade que executa a lei. “A virtude [...] resplandece como uma idéia que parece, pelos padrões humanos, eclipsar a própria santidade, que jamais é tentada a transgredir a lei” (p. 62). Ainda segundo esta autora, aquele que age virtuosamente, age antes de qualquer coisa por dever, pois “[...] a virtude revela o valor moral da motivação do agente, mostra que a ação teve como motivo o respeito pelo dever e, por isso, nunca poderá ser contrária a ele” (p. 63). Destaca ainda que a virtude seja aquilo que faz coincidir a vontade com o dever, dando ao homem a possibilidade de se manter firme e agir em concordância com o que é requerido pela lei moral, mesmo em meio às influências de suas inclinações.

Para Comte-Sponville (1999), toda virtude é poder, mas um poder específico. A virtude de um ser é o que constitui seu valor, sua excelência própria. -“É uma força que age, ou que pode

agir” (p. 04). Como exemplo disso e para uma melhor compreensão relata em seu texto que a boa faca é a que corta bem, o bom remédio é o que cura bem, o bom veneno é o que mata bem e assim por diante. Em um primeiro sentido, que é mais geral, as virtudes para ele, são independentes do uso que delas se faz, como do fim a que visam ou para que servem. Para uma faca basta cumprir sua função, sem nunca julgar o que faz. Basta, como é possível compreender, exercer sua potencialidade.

O autor destaca que certamente esse é o tipo de virtude que não cabe ao homem. A virtude de um homem é sobre tudo querer e agir humanamente, mas agir humanamente de forma reflexiva e contextualizada. Comte-Sponville (1999) citando Aristóteles relata que a excelência própria do homem (o que o distingue dos outros animais) é a vida racional, mas o autor acrescenta que também é necessário o desejo, a educação, o hábito, a memória.

Toda virtude é, pois, histórica, como toda a humanidade, e ambas, no homem virtuoso, sempre coincidem: a virtude de um homem é o que o faz humano, ou antes, é o poder específico que tem o homem de afirmar sua excelência própria, isto é, sua humanidade [...] A virtude é uma maneira de ser, explicava Aristóteles, mas adquirida e duradoura, é o que somos (logo o que podemos fazer), porque assim nos tornamos. (COMTE-SPONVILLE, 1999, p. 05)

Para o autor a virtude ocorre no cruzamento da hominização, destacado como fato biológico e sem dúvida da humanização, esta como exigência cultural. “Nossa maneira de ser e de agir humanamente, isto é (já que a humanidade, nesse sentido, é um valor), nossa capacidade de agir bem” (pág. 05). Não há nenhuma virtude que seja natural ao homem, a busca pelas virtudes é um desejo de humanidade, desejo evidentemente histórico sem o qual qualquer moral seria impossível. No sentido geral, virtude é poder; já em seu sentido mais particular, poder humano ou poder de humanidade. Trata-se de não ser indigno do que a humanidade fez de si, e de nós. (COMTE-SPONVILLE, 1999, p. 05)

D’Aurea-Tardeli (2011) destaca que para Aristóteles, o exercício das virtudes “[...] é o garante as ações nobres que são reguladas pela regra justa, princípio fundamental para a boa convivência. É a “arte” de conviver com os outros” (p. 49). A aquisição e o desempenho das virtudes são modos de se alcançar a vida em sociedade, já que, segundo o filósofo grego, o homem vive sempre em busca do bem e da tentativa de alcançar o equilíbrio, que é a fonte de toda felicidade. Ao ser um homem virtuoso e demonstrar estas características essencialmente humanas alcançam-se “[...] uma vida “virtuosa”, vida esta que é a excelência da própria humanidade” (pág. 50). Segundo Abbagnano (1999 apud D’AUREA-TARDELI, 2011), o exercício das virtudes “[...] é o hábito racional que forma o homem bom e lhe permite cumprir bem sua tarefa” (pág. 49).

Retomando mais uma vez Aristóteles, Comte-Sponville (1999) explica que a virtude é uma disposição adquirida pelo homem de fazer o bem. São as virtudes, segundo ele, o próprio bem, este traduzido em espírito e em verdade, do qual é possível compreender, um bem traduzido em pensamentos e ações morais. Toda virtude é sempre uma moral aplicada e viva, transcendendo seus fatores apenas teóricos e especulativos. Por que como salienta o autor questionando-se, não há nada de mais importante na moral que sua aplicação a vida, sua aplicação aos fatos e ações surgidos no cotidiano.

La Taille (2000) afirma encontrar nas virtudes um tema propriamente humano, um tema por assim dizer, universal. Para ele este tema estaria presente, de uma forma ou de outra, em todas as culturas. Cada cultura admira e expressa, ao seu modo, o que se convém chamar de virtudes, havendo assim, como já seria esperado, discordâncias a respeito da expressão do que pode ser considerado coragem, prudência, humildade, entre outras. Este fato na opinião do autor reforça ainda mais a importância humana do tema já que, segundo ele, “[...] cada cultura em geral e cada indivíduo em particular sentem a necessidade de pensar e julgar tais características que respondem pelo nome de virtudes” (p. 111).

De acordo com Comte-Sponville (1999), o interesse pelo estudo das virtudes é o que há de mais digno no campo da moral. Para o autor o estudo das virtudes é um estudo do bem, sendo que este “[...] só existe na pluralidade irreduzível das boas ações [...] das boas disposições, também elas plurais, mas sem dúvida menos numerosas [...]” (p. 04). Este bem se revela na multiplicidade dos modos de ser e agir do humano, o que torna o estudo das virtudes uma revisão constante que não se esgota, mas sempre se amplia.

## **1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Agora serão apresentadas de forma mais profunda três virtudes, são elas: a coragem, a justiça e a generosidade. A escolha por estas virtudes deu-se devido a constatação de que são elas essenciais na construção da personalidade moral e também por ocuparem lugar de destaque nas pesquisas na área da psicologia moral já há alguns anos.

### **1.1 A Coragem**

Para Comte-Sponville (1999), “De todas as virtudes, a coragem é sem dúvida a mais universalmente admirada” (p. 35). Para ele a coragem é a virtude dos heróis e “quem não admira os heróis?”, pergunta-se mais adiante. Segundo definição do Dicionário Houaiss (2009), o herói é um “[...] indivíduo notabilizado por suas realizações, seus feitos guerreiros, coragem, abnegação,

magnanimidade, etc [...]” (p. 1014). De acordo com D’Aurea-Tardeli (2010) o modelo do herói ao abordar em si os valores universais de coragem, dignidade, justiça e generosidade é, sem dúvida, muito utilizado como referencial projetivo e de identificação, já que são estes valores extremamente desejáveis e valorizados em quase todas as culturas do planeta.

Define-se, de forma ainda que restrita, a coragem como uma “[...] moral forte perante o perigo, os riscos; bravura, intrepidez; firmeza de espírito para enfrentar situação emocional ou moralmente difícil [...]” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 548).

A coragem enquanto virtude “[...] é força de alma, diante do perigo” (p. 39), é uma força impulsionadora do agir bem. Ainda segundo o Dicionário Houaiss (2009) a coragem é a “[...] qualidade de quem tem grandeza de alma, nobreza de caráter, hombridade [...]; determinação no desempenho de uma atividade necessária; zelo, perseverança, tenacidade [...]” (p. 548), o que estaria mais de acordo do seu sentido enquanto virtude.

Para Comte-Sponville (1999), toda coragem que têm em seu princípio uma motivação não orientada por interesses, pode ser considerada heroísmo. Se esta constatação não prova nada quanto ao valor do ato praticado, pelo menos, indica algo quanto ao valor do indivíduo que o realiza. “O terrorista heróico atesta pelo menos, com seu sacrifício, a sinceridade e, talvez, o desinteresse de suas motivações” (p. 36). Mas para ele esta coragem por mais heróica e desinteressada que seja não é a que moralmente admiramos, já que em sua realização proporciona danos a terceiros.

O autor destaca que “[...] embora sempre estimada, de um ponto de vista psicológico ou sociológico, a coragem só é verdadeiramente estimável do ponto de vista moral quando se põe, ao menos em parte, a serviço de outrem [...]” (p. 37). É quando escapa, seja pouco ou muito, de um interesse egoísta imediato que esta pode ser considerada verdadeiramente uma virtude moral. “Como virtude [...] a coragem supõe sempre uma forma de desinteresse, de altruísmo ou de generosidade” (p. 39).

O que estimamos, na coragem, e que culmina no sacrifício de si, seria, pois, em primeiro lugar, o risco aceito ou corrido sem motivação egoísta, em outras palavras, uma forma, se não sempre de altruísmo, pelo menos de desinteresse, de desprendimento, de distanciamento do eu. É, em todo caso, o que na coragem parece moralmente estimável. [...] encontrar seu prazer em servir ao outro, encontrar seu bem-estar na ação generosa, longe de contrariar o altruísmo é a própria definição e o princípio da virtude. (COMTE-SPONVILLE, 1999, p. 37)

Pensando a coragem enquanto ato generoso, o autor faz referência a Kant, dizendo que o amor a si, enquanto egoísmo, é a fonte de todo mal. Acrescenta ainda que o amor ao outro, é a

fonte de todo bem. “Só se ama a outro, sem dúvida, amando a si [...] e só se ama a si mesmo, talvez, na proporção do amor recebido e interiorizado” (p. 38). Para o autor a coragem diante da morte é considerada, a coragem das coragens, sendo esta o modelo ou arquétipo de todas, pois não encontra nenhuma gratificação concreta ou positiva em sua realização. O verdadeiro herói é aquele que age em favor do outro e não o que busca sua auto-realização ou bem estar.

Segundo o autor a coragem, como um traço psicológico, só se torna uma virtude quando está a serviço de outrem ou de uma causa geral e sempre generosa. Já enquanto traço de caráter (ou modo de ser) a coragem pode ser vivenciada como uma ausência, ou mesmo identificação com o medo. “Como traço de caráter, a coragem é, sobretudo, uma fraca sensibilidade ao medo, seja por ele ser pouco sentido, seja por ser bem suportado, ou até com prazer” (p. 38). Destaca ainda que a coragem não seja uma simples ausência do medo. Para ele todo ato corajoso pressupõe a capacidade de superar o medo eminente guiado por uma vontade mais forte e mais generosa. Clarificando suas explicações, afirmar que a “[...] coragem [...] não é ausência de medo, é a capacidade de enfrentá-lo, de dominá-lo, de superá-lo, o que supõe que ela existe ou deveria existir” (p. 40).

Ao falar da relação que a coragem mantém com as outras virtudes, destaca que “[...] sem ser sempre moral, em sua essência, a coragem é aquilo sem o que, sem dúvida, qualquer moral seria impossível ou sem efeito” (p. 38). A coragem, assim como a prudência é a condição de qualquer virtude, já que, por meio da ação, possibilita ao ser humano desempenhar as virtudes e assim pensar e agir moralmente. “Na medida em que a virtude é um esforço - sempre o é, fora a graça ou o amor -, toda virtude é coragem [...]” (p. 40). Para ser virtuoso, o homem necessita ser prudente e acima de tudo, corajoso.

## **1. 2 A Justiça**

A justiça figura como um dos ideais (valores) mais buscados e pregados pelos homens no decorrer da história. Sua busca universal visa estabelecer uma ordem social a partir da igualdade entre todos, dando a cada o que lhe é de direito e estabelecendo também os deveres para com o outro. No campo da psicologia moral, a justiça se estabelece como um dos principais objetos de estudos, dado o papel da razão em sua construção e manifestação. Há sem dúvida uma grande importância atribuída a este valor - que aqui é tomado como virtude - na gênese da moralidade em crianças e adolescentes.

O Dicionário Houaiss (2009) define justiça como a “[...] qualidade do que está em conformidade com o que é direito; maneira de perceber, avaliar o que é direito, justo [...]” (p. 1141). De acordo com Comte-Sponville (1999) a justiça é a última das quatro grandes virtudes cardeais, que segundo ele são aquelas que movem todas as demais e sobre as quais todas as outras virtudes

estão assentadas. Segundo o autor as outras três virtudes que compõem este grupo (a prudência, a temperança e a coragem), “[...] só são virtudes a serviço do bem, ou relativamente a valores - por exemplo, a justiça - que as superam ou as motivam” (p. 47).

A justiça é sem dúvida a única, dentre estas virtudes, que pode ser considerada como absolutamente boa, ocupando sem dúvida, um lugar de destaque no contexto das demais virtudes, não sendo possível se isentar dela em suas considerações. Segundo o autor, a justiça sem fazer às vezes de nenhuma, contém em si todas as demais virtudes e falar injustamente de uma delas, ou de várias, seria traí-las e não as compreender em sua totalidade.

Citando o pensamento de Alain, Comte-Sponville (1999) refere que a justiça não existe enquanto objeto já pré-determinado e natural. A justiça pertence à ordem das coisas que devem ser feitas justamente porque não existem na realidade concreta de modo natural. A justiça, segundo ele, só existirá à medida que os homens a fizerem, estando aí o problema humano: o de justamente construir aquilo que seja justo ou não, segundo leis e normas que promovam a ordem social e a igualdade entre todos os homens. Toda justiça existe sempre em uma perspectiva histórica e social, enquanto substrato criado pelos homens e a serviço deles próprios, regulando o convívio em sociedade.

A justiça só existe na medida em que os homens a querem, de comum acordo, e a fazem. Portanto, não há justiça no estado natural, nem justiça natural. Toda justiça é humana, toda justiça é histórica: não há justiça (no sentido jurídico do termo) sem leis, nem (no sentido moral) sem cultura - não há justiça sem sociedade. (COMTE-SPONVILLE, 1999, p. 59)

O autor enfatiza que a justiça não é uma virtude como as outras. “Ela é o horizonte de todas e a lei de sua coexistência” (p. 48). Retomando o pensamento de Aristóteles estabelece que esta seja uma “Virtude completa”, a qual todo valor a supõe e toda humanidade a requer. Segundo Comte-Sponville (1999) a partir destas considerações não é de se estranhar, que a justiça figure como um sinônimo de felicidade, indissociável da constituição de uma vida boa (uma vida em sociedade), já que, como é importante destacar, nenhuma felicidade a dispensa em sua configuração. A justiça constitui-se como um elemento fundamental para o existir humano, para as relações que este estabelece com os outros e para sua incessante busca pela felicidade.

Comte-Sponville (1999) destaca que a justiça não é apenas um contrato de utilidade ou mesmo uma otimização do bem-estar coletivo. Ele reflete se “[...] poderia ser justo, para a felicidade de quase todos, sacrificar alguns, sem seu acordo e ainda que fossem perfeitamente inocentes e indefesos” (p. 48), concluindo, considera que é justamente isto que a justiça proíbe, ou



deve pelo menos proibir. Aquilo que parece justo para a maioria, não deve ferir o direito individual e nem a liberdade dos sujeitos, e por mais que a maioria venha a sofrer com as consequências, o direito deve ser preservado. “A justiça é mais e melhor do que o bem-estar e a eficácia, e não poderia ser sacrificada a eles, nem mesmo em nome da felicidade da maioria” (p. 48).

Ser injusto para sua própria felicidade ou para a felicidade da humanidade é ser injusto - e a felicidade nada mais é que egoísmo ou conforto. A justiça é aquilo sem o que os valores deixariam de ser valores (não seriam mais que interesses ou móveis), ou não valeriam nada. Mas o que é ela? O que ela vale? (COMTE-SPONVILLE, 1999, p. 48-49)

Piaget (1994) se dedicou a descrever alguns aspectos relacionados ao desenvolvimento da noção de justiça em crianças e adolescentes. O autor considera que a noção de justiça é a mais racional das noções morais, a qual é passível de uma análise psicológica e resultante diretamente da cooperação. O método empregado por Piaget, neste momento de seu estudo, foi o de apresentar às crianças histórias hipotéticas, que ilustravam diversas situações, sobre as quais poderiam expor sua opinião e julgamentos. O material recolhido, por meio dos interrogatórios com as crianças, possibilitou ao estudioso refletir a respeito da maneira com que julgam os comportamentos alheios e ainda quais consequências são frequentemente, por estas esperadas.

Ao fazer um apanhado dos principais aspectos estudados pelo pesquisador suíço neste capítulo de seu livro, é possível dizer que este deu ênfase: ao problema das punições (sanções); as questões envolvidas na responsabilidade coletiva; ao surgimento e superação da justiça imanente; aos conflitos entre a justiça retributiva e justiça distributiva; as relações entre justiça distributiva e autoridade; a manifestação da justiça entre crianças; e ainda de forma mais geral as relações entre justiça e cooperação na construção da moral autônoma.

O autor aponta para a existência de duas noções distintas de justiça: a retributiva e a distributiva. A justiça retributiva está ligada a ideia de sanção, ou melhor, a proporcionalidade entre o ato e a sanção, na qual ocorrem penas ou castigos. Piaget (1994) destaca “[...] que uma sanção é injusta quando pune um inocente, recompensa um culpado ou, em geral, não é dosada na proporção exata do mérito ou da falta” (p. 157). Já a justiça distributiva está na base da aplicação da lei a um grupo de indivíduos de uma maneira igualitária, podendo esta justiça ser reduzida às noções de igualdade ou de equidade. As relações entre iguais levam ao desenvolvimento da justiça distributiva e o que se considera como ação injusta nesta vertente, é justamente, por exemplo, quando uma partilha favorece uns à custa dos outros, sem levar em conta os direitos de todos como iguais ou mesmo as necessidades particulares, guiando-se assim pela ideia de equidade.



Com relação às sanções existentes no domínio da justiça retributiva, estas podem ser basicamente de dois tipos: as expiatórias e as por reciprocidade. As de tipo expiatórias, mais comuns entre crianças menores, são sanções arbitrárias, já que seu conteúdo não apresenta nenhuma relação com o ato cometido, visando apenas uma punição, um castigo pela quebra das regras que a autoridade impôs. As sanções por reciprocidade por sua vez, tem em seus conteúdos relações com o ato realizado, tendendo sempre a ser proporcional à infração. Neste segundo tipo há ainda, de acordo com Piaget (1994), um anseio pela reparação e uma compreensão mais subjetiva e superior das consequências do ato praticado. E embora, como destaca o autor, as sanções expiatórias com o desenvolvimento tendem a ser superadas pelas sanções por reciprocidade, o primeiro tipo subsiste em qualquer idade, sendo comumente encontrada em muitos adultos e favorecida por certos tipos de relações familiares ou sociais.

Para uns, a sanção é justa e necessária; é tanto mais justa quanto mais severa; é eficaz no sentido de que a criança devidamente castigada saberá, melhor que outra, cumprir seu dever. Para outros, a expiação não constitui uma necessidade moral: entre as sanções possíveis, as únicas justas são aquelas que exigem uma restituição, ou que fazem o culpado suportar as consequências de sua falta, ou ainda que constituem um tratamento de simples reciprocidade; enfim, além destas sanções não expiatórias, a punição, como tal, é inútil, sendo que a simples repreensão e explicação mais proveitosas que o castigo. (PIAGET, 1994, p. 158-159)

Tentando compreender a universalidade da sanção expiatória, no julgamento de crianças mais novas, o autor estudou um tipo de justiça muito comum nestas e em povos primitivos, que ele denominou de justiça imanente. Por justiça imanente entende-se àquela, que emana das próprias coisas ou da natureza, e que tornam as sanções como condutas automáticas. Para o autor o fator que pode explicar o surgimento desta justiça, esta na transferência, feita pela criança, dos sentimentos adquiridos sob a influência da coação dos adultos para as coisas que a circula. Segundo o autor, “[...] mesmo no adulto, a aceitação ou a rejeição da hipótese da justiça imanente é questão não de experiência pura, de constatação científica, mas de avaliação moral e atitude de conjunto” (p. 200). O que leva a conclusão de que somente certas experiências morais terão a capacidade de orientar o indivíduo na direção de abandonar este tipo de compreensão da justiça.

Piaget (1994) em seu estudo demonstra com nitidez que os sentimentos de justiça estão intimamente ligados aos modos de relação estabelecidos pelo sujeito durante seu desenvolvimento. Os sentimentos de justiça podem ser reforçados por exemplos práticos dos adultos significativos que circundam o universo da criança. Porém o autor alerta que “[...] a autoridade adulta, se bem que constituindo, talvez, um momento necessário na evolução moral da criança, não basta para construir o senso de justiça” (p. 239). Ele aponta que neste processo o essencial é que o respeito

mútuo e a solidariedade estejam presentes, principalmente entre as crianças para o surgimento da justiça distributiva, já que seu contrário, ou seja, as relações puramente de obediência e desproporcionais entre adultos e criança conduzem ao domínio da justiça retributiva.

A moral da autoridade, que é a moral do dever e da obediência. Conduz, no campo da justiça, a confusão do que é justo com o conteúdo da lei estabelecida e à aceitação da sanção expiatória. A moral do respeito mútuo, que é a do bem (por oposição ao dever) e da autonomia, conduz, no campo da justiça, ao desenvolvimento da igualdade, noção constitutiva da justiça distributiva, e da reciprocidade. (PIAGET, 1994, p. 243)

O autor ainda destaca que a cooperação que de início é apenas entre crianças (pares), caminha para uma cooperação entre criança e adultos. Isto ocorre por que na medida em que a criança se conduz para a adolescência, considera-se, pelo menos em seu íntimo, como igual ao adulto, com quem passa a compartilhar a realizar trocas mais equiparadas. O adolescente por seu nível de desenvolvimento mais elevado (físico, cognitivo e emocional) tem mais condições de estabelecer com o adulto um diálogo, que lhe permita o questionamento das regras e a construção de um senso de justiça que seja seu e de acordo com sua individualidade. Tem condições de agir com base na justiça distributiva.

A respeito do desenvolvimento da noção de justiça, Piaget (1994) explica mais claramente que este é composto por três grandes períodos sucessivos. O primeiro destes períodos estende-se, segundo o autor, até mais ou menos os sete-oito anos e caracteriza-se pelo fato de a justiça estar subordinada à autoridade adulta. Há uma indiferenciação das noções do justo e do injusto, na qual aquilo que pode ser considerado justo confunde-se com a obediência e com o que é imposto pela lei, lei esta que é inteiramente heterônoma, determinada pelo adulto e não questionada. A noção de justiça dominante é a de caráter retributiva, o que gera no campo das sanções segundo o autor, uma primazia da sanção expiatória sobre a sanção por reciprocidade. Para ele neste momento do desenvolvimento “[...] toda sanção é admitida como perfeitamente legítima, necessária e constituindo mesmo o princípio da moralidade [...]” (p. 237). Nas relações entre as crianças, é possível constatar que a autoridade do maior prevalece sobre a igualdade - como uma cópia do modelo adulto - e tendo como isso no respeito unilateral, sua maior expressão.

O segundo período, compreendido entre os oito e onze anos aproximadamente, caracteriza-se pelo surgimento do igualitarismo em sobreposição à obediência. É um período segundo Piaget (1994), de desenvolvimento progressivo da autonomia e da primazia da igualdade sobre a autoridade, no qual a reciprocidade simples e direta é a forma mais usada para se fazer justiça, ou seja, fazer ao outro o que ele me fez de forma equivalente, inclusive no campo das sanções, já que as de caráter expiatório não são mais tão facilmente aceitas. No que concerne à justiça distributiva,

o autor salienta que a igualdade passa a prevalecer sobre qualquer outra preocupação, o que leva a afirmação que nos conflitos entre sanção e igualdade, por princípio, a igualdade tem sempre prioridade. De forma progressiva, em ambos os períodos, a crença na justiça imanente tem grande diminuição e segundo o autor “[...] o ato moral é procurado, por si próprio, independentemente da sanção” (p. 237).

O terceiro e último período do desenvolvimento da justiça inicia-se segundo o autor, por volta dos onze-doze anos, no qual “[...] a justiça puramente igualitária é temperada pelas preocupações de equidade” (PIAGET, 1994, p. 236). A partir deste momento a equidade supera o igualitarismo, o que leva o sujeito a considerar a situação particular de cada um em suas tomadas de decisão, com base nos atenuantes e circunstâncias mais diversas, que relativizam a igualdade de tratamentos. Esta fase do desenvolvimento da noção de justiça tem especial importância neste trabalho, pois trata justamente do surgimento da justiça enquanto virtude e sua manifestação na vida moral do adolescente.

Apesar de Piaget referir-se em seu texto aos modos como a criança concebe a justiça, este item já se encontra no domínio do desenvolvimento moral do adolescente. A justiça aqui passa a operar em seu modo mais elevado, determinando que a igualdade amparada pela equidade seja o guia das ações morais. O adolescente passa a lutar e buscar a justiça para si e também para o outro, como o melhor modo de se viver em sociedade.

Dentro deste universo em que as ações são justas, por serem igualitárias e equitativas, começa a operar também outro sentimento que complementa a justiça e que em certos momentos a supera. Este sentimento é a generosidade. Uma tese possível de ser levantada é que: na busca da justiça, destacadamente a justiça social, em que o outro, enquanto sujeitos e sociedade, ocupa lugar de destaque, o jovem move-se amparado pela generosidade, que mesmo não sendo percebida, faz-se presente legitimando as ações e ampliando o alcance dos atos, uma vez que rompe com o individualismo.

### **1.3 A Generosidade**

Segundo Comte-Sponville (1999), a generosidade é a virtude do dom. O Dicionário Houaiss (2009) define dom como a “ação de passar a outrem a posse ou o usufruto de algo; dádiva, presente dado por alguém [...]; aptidão inata para fazer algo, especialmente difícil ou raro; inclinação, talento; poder de realizar algo bom ou ruim; doação [...]” (p. 707). Seguindo este mesmo pensamento Godbout (1992 apud VALE, 2006) qualifica dom como “[...] toda prestação de bens ou de serviços efetuada, sem garantia de retribuição [...]” (p. 424).

O mesmo dicionário ao definir a generosidade, atesta, como uma de suas definições, que esta é a “[...] virtude daquele que se dispõe a sacrificar os próprios interesses em benefício de outrem”

(HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 707). Desta forma é possível constatar que a generosidade se inscreve enquanto virtude do dom, na medida em que o ato, por ser generoso, nada reivindica ou mesmo anseia algo em troca. O que vale dizer que não deseja nunca uma retribuição seja esta de forma concreta ou mesmo abstrata.

Para La Taille (2006a), há na generosidade, pelo menos três aspectos importantes que devem ser destacados. O primeiro deles é o altruísmo, pois no ato generoso, é sempre outrem o beneficiário da ação. O segundo refere-se à existência de um sacrifício de si. E o terceiro aborda o sentido de que, dá-se a outrem, não o que lhe cabe de direito, mas sim o que corresponde a uma necessidade singular, ou seja, é dado a outrem o que necessita em suas mais diversas especificidades.

Comte-Sponville (1999) destaca que não se trata mais de atribuir a cada pessoa o que é seu por direito, tomando como exemplo a justiça, “[...] mas o de lhe oferecer o que não é seu, o que é de quem oferece e que lhe falta” (p. 68). “A generosidade é a virtude que nos eleva em direção aos outros [...] e em direção a nós mesmos enquanto libertos de nosso pequeno eu” (p. 80). Para o autor a generosidade implica necessariamente na liberdade, sendo que só é possível ser generoso quando se é livre, e está a é única grandeza verdadeira. “O homem generoso não é prisioneiro de seus afetos, nem de si; ao contrário, é senhor de si e, por isso, não tem desculpas nem as procura” (p. 74), não busca um motivo para ser generoso, apenas o é, como ação e expressão de sua vontade.

Tanto a generosidade como a justiça, segundo o autor, dizem respeito ao modo como nos relacionamos com outrem. Em sua visão a generosidade é mais subjetiva, tendo em si um caráter mais singular, afetivo e espontâneo. Já a justiça, mesmo quando aplicada, guarda em si algo mais objetivo, universal, intelectual e até mesmo mais refletido. Segundo ele “A generosidade parece dever mais ao coração ou ao temperamento; a justiça, ao espírito ou à razão” (p. 68). A generosidade age além de qualquer texto, além de qualquer lei, estando unicamente de acordo com as exigências do amor, da moral ou da solidariedade.

Vale (2006) destaca que na justiça o auto-interesse está sempre presente, mesmo que ao lado do interesse pelo outro, já na generosidade apenas o interesse pelo outro é o que está em jogo. De acordo com La Taille (2006b) “A lei justa é boa para todos, inclusive para a pessoa que exerce a justiça” (p. 62), em contrapartida ao ato generoso que em sua concepção “[...] favorece quem é por ele contemplado, não quem age de forma generosa. É por ser a generosidade a inteira dedicação a outrem que digo que ela traduz plenamente o altruísmo” (p. 62), na qual é necessária a percepção das necessidades e desejos de outrem, de maneira a compreender como este se sente em determinadas situações.

Segundo Vale (2006), a simpatia é um sentimento que mantém íntima relação com a generosidade. A simpatia, segundo Piaget (1954 apud VALE, 2006), “[...] é um sentimento

baseado em juízos de valor mútuos entre os indivíduos e ocorre mediante um contato perceptual” (p. 26). Conforme uma das definições existentes no Dicionário Houaiss (2009), a simpatia é a faculdade de compenetrar-se das ideias ou sentimentos de outrem. Este sentimento nos faz experimentar as situações vividas por outras pessoas e dividir com estas as sensações sentimentos que tais circunstâncias tendem a despertar. A respeito da proximidade entre os conceitos de simpatia e empatia, Cecconello e Koller (2000 apud VALE, 2006) ressaltam que “[...] a empatia consiste em compartilhar emoções percebidas do outro, seja positivas seja negativas. Já a simpatia [...] geralmente se refere a sentimentos de tristeza ou lamento e consiste em uma intensa preocupação com o sofrimento alheio” (p. 26-27).

Segundo Eisenberg (1987, apud LA TAILLE, 2006a), a empatia pode ser definida como “[...] o estado emocional proveniente da apreensão do estado emocional de outra pessoa, que é congruente com este” (p. 11). Já a simpatia é entendida por esta autora como a “[...] resposta emocional proveniente do estado emocional de outra pessoa, que não é idêntico a tal estado, mas consiste em sentimentos de pena ou interesse pelo bem-estar de outrem” (p. 11). Para La Taille (2006a) tanto a simpatia quanto a empatia designam a capacidade humana de perceber os estados emotivos de outrem e se afetar emocionalmente por eles, referem-se segundo este autor, a um operador emocional, passível de motivar uma pessoa a preocupar-se com outra. A simpatia participaria do jogo das valorizações mútuas que dirigem as pessoas no curso de seu desenvolvimento ao respeito mútuo.

No que tange à relação entre generosidade e simpatia [...], ela é clara, uma vez que o exercício da referida virtude pressupõe perceber-se a necessidade singular de uma determinada pessoa (ou grupo de pessoas), e contemplá-la por intermédio de um ‘dom de si’. Uma pessoa por ventura incapaz de simpatia talvez nem percebesse a necessidade alheia, certamente não se comoveria com ela, e, por conseguinte, não agiria de forma generosa. (LA TAILLE, 2006a, p. 12)

Vale (2006) utiliza-se em seu trabalho apenas da palavra simpatia, por entendê-la como a “[...] capacidade humana de comover-se com os estados afetivos alheios” (p. 27). Segundo esta autora a generosidade é inspirada pela simpatia, tornando-se o exercício dessa virtude produto da sensibilidade de criança e adolescentes, mais do que de sua disposição para obedecer à autoridade dos adultos.

## 2. METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa de carácter exploratório, tendo como delineamento o estudo bibliográfico. Segundo Gil (2010) a pesquisa qualitativa responde, no campo das ciências humanas e sociais, a questões muito particulares, pois se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Este tipo de pesquisa trabalha com dados subjetivos, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, opiniões, fenômenos, hábitos, entre outros aspectos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Com relação à pesquisa exploratória, o autor destaca que esta tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema proposto, tornando-o mais explícito e com vistas à construção de hipóteses. O planeamento deste tipo de pesquisa tende a ser bastante flexível, pois o mais importante é considerar os diversos aspectos relativos ao fato ou mesmo fenômeno que se está estudando.

O autor aponta que a coleta de dados em uma pesquisa exploratória pode ocorrer de diversas maneiras, sendo possível identificar: estudos de casos, pesquisas bibliográficas e até levantamentos de campo. Tem ainda como objetivo a análise de exemplos que estimulem a compreensão sobre determinado assunto pouco explorado.

Foi escolhida a modalidade de pesquisa bibliográfica, pois esta consiste segundo Gil (2010), em um estudo elaborado com materiais já publicados, tendo como vantagem o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Ainda conforme apontado pelo autor, tradicionalmente a pesquisa bibliográfica inclui materiais impressos (livros, revistas, jornais, teses, entre outros), mas atualmente outros formatos de materiais, tais como discos, fitas magnéticas, CDs e também materiais disponibilizados na internet, tem se incluído como fonte de dados. Essa abrangência da pesquisa bibliográfica permite delinear novas modalidades de investigação, analisando objetos até então pouco explorados

## 3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com La Taille (2001), as virtudes fazem referência as qualidades que uma pessoa possa possuir. Estas qualidades de certa forma lhe conferem algum valor, despertando assim a admiração alheia - ser bonito, ser habilidoso com algum instrumento, cantar bem, entre outras, são qualidades admiráveis. Porém, como bem destaca o autor, dentro dessas qualidades algumas ocupam lugar especial, pois remetem ao carácter da pessoa, citando como exemplo disso, a coragem,

a humildade, a generosidade, a justiça, entre outras. Para ele “A diferença básica entre uma virtude como a habilidade física e outra como a generosidade reside no fato de a primeira dizer respeito à qualidade de uma ação e a segunda referir-se a uma qualidade da personalidade” (LA TAILLE, 2001, p. 91). Dessa forma é possível aferir que, tratando-se as virtudes enquanto habilidades, o que se admira essencialmente são as obras, o produto final, pronto e acabado. Já tomando as virtudes enquanto aspectos da personalidade, admira-se não somente a ação, mas sobretudo a pessoa que a realiza.

Segundo La Taille (2002a), “virtudes são traços de caráter, são uma leitura ética da personalidade” (p. 156). As virtudes aparecem como uma coroação da gênese afetiva da moralidade e compõem as imagens de si pelas quais cada ser humano pode julgar sua dignidade. As virtudes são sempre referidas a sentimentos e aparecem como um esforço no sentido de superar afetos ou mesmo condutas que possam ser consideradas imorais. No que diz respeito à dimensão intelectual do agir moral, as virtudes são guiadas pela razão que assume sempre o papel de cultivá-las, já que correspondem ao fortalecimento do que se pode chamar de personalidade moral. (LA TAILLE, 2002a, p. 156)

Para Sennett (1999 apud LA TAILLE, 2000), caráter “[...] é o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e as nossas relações com os outros” (p. 112). Descreve ainda que o caráter de alguém depende intimamente de suas ligações com o mundo. “Neste sentido, caráter é um termo mais abrangente que seu rebento mais moderno personalidade, pois este se refere a desejos e sentimentos que podem apostemar por dentro, sem que ninguém veja” (p. 112).

Como já mencionado anteriormente, para La Taille (2001) as virtudes remetem às qualidades referentes ao caráter. Segundo o autor toda virtude é um valor, uma vez que é entendido como um bem, que é ao mesmo tempo admirado e/ou desejado. Mas como destaca esta admiração não deixa claro que tal valor seja um valor moral, relata que o possível caráter moral das virtudes depende sempre da perspectiva ética então adotada, segundo a qual elas podem ou não pertencer ao campo moral. O autor cita como interessante que nos dias atuais o tema das virtudes tem voltado à tona, tanto no campo da filosofia como da psicologia. Segundo ele as virtudes, em um plano psicológico, são fundamentais para a alimentação da gênese da moral. Em seu texto, o autor apresenta claramente pelo menos três razões que defendem o estudo das virtudes no campo psicológico.

A primeira destas razões segundo ele, diz respeito “[...] às disposições de caráter necessárias à ação moral” (LA TAILLE, 2001, p. 93). Citando Comte-Sponville (1999), o autor relata que na maioria de nossas ações, sabemos muito bem o que deveríamos fazer ou mesmo o que faríamos se fôssemos santos ou heróis. Para ele o que falta não é o conhecimento ou mesmo o julgamento moral das ações. O que falta em sua opinião, sendo aquilo que rege as ações morais, são as virtudes, ou melhor, o exercício real e concreto das virtudes - falta na realidade, a vontade, a ousadia, o ato de querer agir bem. Tomando o pensamento de Aristóteles, o autor refere “[...] que a coragem é



condição necessária para o exercício de várias virtudes: com efeito, para permanecermos éticos, às vezes precisamos enfrentar obstáculos de várias ordens, notadamente, riscos” (p. 93). As virtudes assumem o papel de dar o tónus moral aos modos de agir humanos, sendo necessárias a externalização e concretização daquilo que foi elaborado no pensamento, estando sempre em relação a outrem.

A segunda razão apontada pelo autor, esta no fato de que os estudos a respeito das virtudes não se restringem apenas a justiça. O autor, referindo-se as outras virtudes, escreve que “[...] a justiça é o lugar que elas parecem ocupar na gênese da moralidade” (p. 94). Citando Piaget (1992) destaca que “É quando a criança habitua-se a agir do ponto de vista dos próximos, e preocupa-se mais em agradá-los do que a eles obedecer, que ela chega a julgar em razão das intenções” (p. 94). Segundo o autor esta citação refere-se, acima de tudo a uma explicação causal que visa dar conta da evolução moral humana. Nela há a constatação de que o que explica a passagem da heteronomia para a autonomia não é tanto uma tomada de consciência do outro como sujeito de direitos, mas antes a tendência a considerá-lo na sua singularidade - sendo isso sugerido pelo emprego do verbo agradecer. Para ele, Piaget refere-se nesta citação mais à generosidade, do que a justiça.

Segundo La Taille (2001), a moral para Piaget, é uma moral da justiça, na qual concebe que “[...] a autonomia represente a vitória do princípio de justiça sobre a mera obediência à autoridade” (p. 94). No caminho para a construção do ideal de justiça, a generosidade e ainda outras virtudes altruístas, que levam em conta o outro na sua especificidade, desempenham um papel de extrema importância. Para o autor na autonomia “[...] a justiça precederá, do ponto de vista lógico (implicações), a generosidade, mas esta talvez preceda a justiça do ponto de vista cronológico” (p. 94), o que é comprovado em suas pesquisas (LA TAILLE, 2006a), ao considerar que crianças pequenas tendem a ser mais generosas do que justas. Mesmo não compreendendo as razões (lógicas) de seus atos, as quais levariam a justiça, crianças pequenas agem com generosidade nas mais diversas situações. Nancy Eisenberg (1979, apud VALE, 2006), ao pesquisar os comportamentos pró-sociais (que remetem à generosidade) das crianças, verificou que tais comportamentos são mais precoces nas crianças do que atitudes baseadas em regras de justiça.

Segundo La Taille (2001), o filósofo Ernst Tugendhat (1993 apud LA TAILLE, 2001, p. 94) discorda de Piaget quanto a gênese da heteronomia - que seria despertada pelo respeito à autoridade -, destacando o papel fundamental da confiança em seu surgimento. “O moral sense, condição necessária ao pensar e agir morais do filósofo, teria suas raízes na confiança que as crianças desenvolvem em relação a seus progenitores e outras pessoas significativas” (p. 94). Colocando todo este processo em termos de virtudes, surgiria então a fidelidade, que para o autor ocupa um lugar importante no surgimento da moral infantil. Escreve ele:

“[...] é porque os pais mostram-se fiéis a seus filhos e às palavras que empenham em relação a eles que as crianças penetrariam no mundo da moral, não permanecendo no puro medo das sanções. É evidente que a fidelidade sofrerá radicais mudanças de interpretação no decorrer do desenvolvimento moral, mas o fato é que, segundo a perspectiva de Tugendhat, essa virtude encontrar-se-ia precocemente na gênese da moralidade humana” (LA TAILLE, 2000, p. 94-95)

A terceira e última razão que segundo o autor sustenta, do ponto de vista psicológico, a realização de reflexões e pesquisas sobre as virtudes, diz respeito ao fato de que nos últimos anos uma nova perspectiva teórica em psicologia moral tem sido adotada por vários autores. Esta perspectiva tem como essência “[...] analisar o pensar e agir morais na sua articulação com o Eu, ou identidade [...]” (p. 95). De acordo com pesquisas citadas pelo autor, estas realizadas com pessoas de vida moral tomadas como exemplar é possível aferir, que ser moral e ser elas mesmas é algo equivalente “[...]os valores morais estão, nelas, intimamente associados à sua identidade.” (p. 95), não podendo haver qualquer tipo de cisão.

De acordo com Blasi (1995 apud LA TAILLE, 2001), “Em termos puramente conceituais, parece possível que o mais alto nível de integração moral esteja realizado quando a compreensão e o interesse morais fazem parte do autoconceito” (p. 95). Para La Taille (2001) o autoconceito é senão, um conjunto de representações de si, as quais são sempre valorativas. De acordo com este autor (2000) as representações de si são aquilo que formam a identidade de cada pessoa. As representações de si pertencem à ordem simbólica e pressupõe uma assimilação cognitiva, o que equivale considerá-las como interpretações que o indivíduo faz sobre si mesmo, e principalmente as representações de si se configuram enquanto valor.

O autor retomando o pensamento de Piaget define valor como investimento afetivo. O que leva a considerar que a relação entre o sujeito e o objeto, além do aspecto estrutural que lhe confere sentido, é também medida por afetos, que lhe conferem valor, positivo ou negativo. As virtudes possibilitam “[...] a todo homem uma leitura valorativa de si próprio e dos outros, elas fazem parte do quadro de referências a partir do qual cada um se entende como ser humano” (p. 111). Tornando-se desta forma fácil compreender, segundo ele, por que as virtudes são de suma importância para os homens.

Segundo La Taille (2001), os valores associados às representações de si podem se manifestar de diferentes formas. Estes podem ser não morais, tendo como exemplo, ser bonito, rico, inteligente, entre outros, podem até mesmo ser mesmo imorais, exemplos como, ser violento, despótico ou mesmo “esperto” e podem ser morais. E no campo dos valores considerados morais, é bem provável que virtudes como generosidade, gratidão, justiça, fidelidade e coragem possam ser associadas ao Eu, ou seja, a identidade.

Esta nova perspectiva teórica denominada de moral self (ou “personalidade moral”) parece, segundo o autor, sugerir a possibilidade de que sejam estudados vários outros valores (para além da justiça), que podem compor as representações de si, fato que em sua visão remetem a um estudo das virtudes, uma vez que estas representam, como já referido, uma leitura ética da personalidade e contribuem de maneira fundamental para formação ética do ser humano.

Resumindo os principais pontos de seu texto, o autor conclui que:

1) uma virtude é um valor pelo qual se avalia o caráter de uma pessoa, 2) tal valor pode, dependendo do sistema ético adotado, ser um valor moral, 3) mesmo que restrinjamos a ética à virtude “justiça”, as demais podem corresponder a qualidades de caráter necessárias à sua efetivação em ação, 4) as demais virtudes também podem ter uma função na gênese da moralidade (mesmo definida como restrita à justiça) e 5) podem compor os sistemas de valores da “personalidade moral” (moral self). (LA TAILLE, 2000, p. 96)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi o de abordar os desdobramentos históricos e teóricos do conceito de virtude e ainda propor uma discussão sobre o seu papel no desenvolvimento da personalidade, com foco na moralidade. Foram considerados autores clássicos e também os mais contemporâneos, os quais vem desenvolvendo diversas pesquisas sobre o tema e interligando o desenvolvimento das virtudes com ações morais que visam o bem comum.

Segundo La Taille (2006b), a psicologia moral é uma ciência preocupada em desvendar por quais processos mentais uma pessoa chega a intimamente legitimar, ou não, regras, princípios e acima de tudo, valores morais. Compreender de forma mais clara os passos para a construção da personalidade moral humana, possibilita pensar em intervenções que facilitem e promovam a formação de personalidades éticas em crianças e adolescentes, tendo sempre como meta a constituição de uma sociedade cada vez mais justa, solidária e igualitária.

De acordo com D’Aurea-Tardeli (2011), “As virtudes, então, são inerentes ao sentido do humano e relacionam-se às suas ações, atitudes, enfim, modos de ser” (p. 51). Para a autora os homens deverão dentro desta perspectiva, ter sempre seu modo de ser voltado para o bem comum, ou seja, o bem da coletividade, no qual o autointeresse deve surgir em segundo plano. “Se a felicidade é o fim, o bem é o meio, o caminho da humanização” (p. 51). O caminho que leva o homem em direção de outrem, tendo como respaldo as imagens que este faz de si mesmo.

As virtudes estão relacionadas às percepções que fazemos de nós mesmo e sustentam a ideia de excelência, de uma dimensão que não permite ao sujeito voltar-se para o autointeresse, que fere o juízo de sua dignidade. Assim a virtude é a força e a capacidade humana no domínio moral. [...] virtude diz respeito, portanto, ao princípio interno das nossas ações em determinar-lhes os fins morais, com a possibilidade da perfeição e da justiça social (D'AUREA-TARDELI, 2011, p. 49)

Desta forma é possível concluir que as virtudes agem como organizadores do pensamento, surgindo como motivadores das ações em favor dos outros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COMTE-SPONVILLE, André. Pequeno tratado das grandes virtudes. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 225 p.

D'AUREA-TARDELI, Denise. O herói na sala de aula: “práticas morais” para utilização de filmes pelo professor de ensino fundamental e médio. 2. ed. Santos: Leopoldianum, 2010. 124 p.

\_\_\_\_\_. Solidariedade e Projeto de Vida - a construção da personalidade moral do adolescente. Campinas: Mercado de Letras, 2011. 149 p.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 149 p.

HOUAISS, Antonio. VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1986 p.

LA TAILLE, Yves de. Para um estudo psicológico das virtudes morais. São Paulo: Universidade de São Paulo. Educação e Pesquisa, 2000, v. 26, n. 2. 109-121 pp.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento moral: a polidez segundo as crianças. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Cadernos de Pesquisa, 2001, n. 114, 89-119 pp.

\_\_\_\_\_. Cognição, afeto e moralidade, in: OLIVEIRA, Marta Kohl de. SOUZA Denise Trento R. REGO, Teresa Cristina. (Orgs.). Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002a. 286 p. 135-158 pp.

\_\_\_\_\_. A importância da generosidade no início da gênese da moralidade na criança. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2006a, v. 19, n. 1. 9-17 pp.

\_\_\_\_\_. Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006b. 150 p.

PETRY, Franciele Bete. O papel da virtude na ética kantiana. Florianópolis: Revista Ethic@, 2007, v. 6, n. 1. 57-73 pp.

PIAGET, Jean. O juízo moral na criança. 2 ed. São Paulo: Summus editorial, 1994. 302 p.

VALE, Liana Gama do. Desenvolvimento Moral: a generosidade sob a ótica de crianças e adolescentes. 2006. 134 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória.

VIDIGAL, Sônia Maria Pereira. Formação da personalidade ética: as contribuições de Kohlberg e van Hiele. 2011. 143 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo.